

## CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA EM UNIVERSITÁRIOS EM DOIS PAÍSES POLITICAMENTE DISTINTOS: CUBA E BRASIL

### CONCEPTIONS OF DISABILITY BY COLLEGE STUDENTS IN TWO POLITICALLY DIFFERENT COUNTRIES: CUBA AND BRAZIL

Lúcia Pereira LEITE<sup>1</sup>  
Taize de OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Elsie Alejandrina Perez SERRANO<sup>3</sup>

**RESUMO:** O trato com o fenômeno deficiência está atrelado às especificidades ideológicas, significadas pela sociedade. Nessa direção, analisar como contextos político-econômicos bem distintos, Cuba e Brasil, se posicionam a respeito se configurou objeto central deste estudo. O primeiro representado por uma república socialista, com um sistema de organização interna centralizado no modelo marxista-leninista comunista, e o segundo caracterizado pelo modo sistema capitalista, numa perspectiva produtivista. O objetivo do estudo foi identificar levantar os conceitos de deficiências nos dois países e investigar as concepções de deficiência, utilizando a Escala de Concepção de Deficiência – ECD, em dois grupos de universitários, comparando os achados. Participaram do estudo 272 universitários cubanos e 344 brasileiros. As análises dos dados identificaram dados descritivos semelhantes entre as amostras. Pela análise das medianas, evidencia-se que no Brasil há uma tendência de concordar com enunciados que relacionados a uma interpretação histórico-cultural da deficiência, seguida da social. Em Cuba, a tendência foi acordar com enunciados que concebem a deficiência como um fenômeno social, seguida igualmente da interpretação biológica e histórico-cultural. Ambos contextos indicaram baixa concordância com enunciados que implicam em conceber a deficiência como um fenômeno metafísico. Destacar concepções de universitários sobre a deficiência é interessante na medida que traz para o debate científico como futuros profissionais se posicionam diante desse grupo social e ainda pode indicar como a universidade tem trabalhado questões referentes a esse grupo social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Concepção. Deficiência. Universidade.

**ABSTRACT:** Dealing with the disability is linked to ideological specifications, signified by the society. In this way, analyzing the manner how distinct political-economical contexts, Cuba and Brazil, position concerning this issue is the core of this study. The first, represented by a socialist republic with an inner organization centered in the Marxist-Leninist and communist model, whereas the latter is featured by the capitalist model, in a productivity-focused perspective. Objective of this research is to identify the concepts of disability in both countries and investigate the conceptions of disability, using the Disability Conception Scale (DCS) in two groups of college students, comparing the discoveries. 272 Cuban students and 344 Brazilian ones participated in this study. Analysis identified similar descriptive data between the samples. Through median analysis, it is highlighted that, in Brazil, there are a tendency to agree with utterances related to a historical-cultural interpretation of disability, followed by a social interpretation. In Cuba, the tendency was an agreement with utterances which conceive disability as a social phenomenon, followed by the biological and historical-cultural interpretations. Both contexts indicated low agreement with utterances which conceive the disability as a metaphysical phenomenon. Highlighting conceptions of college students about disability is interesting because it brings to the scientific debate how forthcoming professionals position themselves in face of this social group and can indicate how universities have worked issues related of this group.

**KEYWORDS:** Conception. Disability. University.

<sup>1</sup> Livre-Docente em Psicologia da Educação, Professora Associada do Departamento de Psicologia da Unesp, câmpus de Bauru. Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Vargem Limpa, CEP 17033-360, Bauru, SP. E-mail: lucia.leite@unesp.br

<sup>2</sup> Mestranda em psicologia do desenvolvimento e aprendizagem pela Faculdade de Ciências – UNESP – Bauru. Email: oliveira.taize@gmail.com

<sup>3</sup> Pós-doutorado em Educação. Professora da Universidade de Holguín – Cuba e da Universidade Internacional Iberoamericana – UNINI – Porto Rico. Email: elsieperzserrano@gmail.com e elsie.perez@funiber.org

## INTRODUÇÃO

Cuba e Brasil se configuram como cenários políticos bem distintos. O primeiro é uma república socialista, com um sistema de organização interna centralizado no modelo marxista-leninista comunista; enquanto o segundo se caracteriza pelo sistema capitalista, numa perspectiva produtivista. Tais sistemas integram aspectos materiais e subjetivo de sua comunidade, refletindo um tipo histórico específico de sociedade. As diferenças de organização política e econômica acabam por expressar um condicionamento material de todos os outros elementos do sistema social, tais como educação, saúde, cultura e esporte estruturados de maneira diversa a nossa (MORAIS; SANTOS, 2015; VASCONCELOS, 1991).

Nesse direcionamento, quando se pensa em grupos sociais distintos, sabe-se que as relações e as ações planejadas e praticadas a favor de determinado segmento são orientadas a partir das concepções e compreensão que os sujeitos têm sobre o fenômeno, e com as pessoas com deficiência não é diferente (DINIZ, 2007). Dessa maneira, em função de determinadas concepções e categorização depreciativas que favorecem a estigmatização do sujeito, estes estão vulneráveis a sofrer com efeitos físicos e psicológicos negativos.

Para Gesser, Nuernberg e Toneli (2012), a psicologia social deve considerar a deficiência como uma categoria de análise nos estudos científicos como práxis psicossocial. Segundo esses autores, tal indicação é necessária para superar as pesquisas que enfocam fortemente a compreensão biológica da deficiência, com vistas a identificar o fenômeno como produto social que necessita de ações pontuais para a garantia dos direitos humanos. Percebe-se então que a sociedade ainda mantém um enfoque muito individual na compreensão da deficiência, uma vez que tende a localizá-la como algo estritamente relacionado ao organismo que, por uma série de fatores, apresenta funcionamento diferente da grande maioria da população. Disso decorre a ideia de que o sujeito que está nessa condição se ajuste ao meio. No entanto, Baleoti e Omote (2014) alertam sobre o perigo que recai na amplitude do fenômeno, pois o sujeito que se encontra na condição de deficiência, seja qual for, pode apresentar dificuldade para a realização de determinadas atividades, mas não de outras.

Dessa maneira, mostra-se importante identificar, analisar e discutir criticamente posicionamentos acerca da deficiência e das concepções que a envolvem, em diferentes esferas de participação social. O contexto do ensino superior se configura como um importante espaço para a formação crítica dos sujeitos na designação de estudantes universitários. Logo, identificar como futuros profissionais se posicionam diante de enunciados que retratam diferentes concepções relacionadas ao fenômeno da deficiência se mostra como objetivo importante, assim como observar como as políticas inclusivas ocorrem nesse espaço social.

Destacar concepções de universitários sobre a deficiência pode elucidar ainda a necessidade de ajustes no contexto universitário para atender esse grupo social, como o rompimento de barreiras arquitetônicas, metodológicas e atitudinais. Acredita-se que o espaço universitário, concatenado com as políticas públicas atuais, constitui-se como mediador de formações críticas que podem favorecer uma participação mais ativa de segmentos minoritários na sociedade em geral.

## CONTEXTUALIZANDO A DEFICIÊNCIA EM CUBA

A concepção da deficiência em Cuba parte do princípio de concepções humanistas que promulgam que os sujeitos possuem possibilidades e potencialidades diversas, e que estas

devem ser atendidas. Uma característica decisiva do modelo cubano de atenção às pessoas com deficiência é que, com o triunfo da Revolução em 1959, o Estado considerou a educação e a saúde como direitos universais estendidos a todas as pessoas, proibindo o lucro econômico a partir o exercício de atividades relacionadas a esses direitos. Nessa perspectiva, é importante se ater nos dispositivos da Constituição de Cuba (vigente desde 1976) para se compreender, enquanto termos legais, como a conceituação de deficiência se ajusta e se aplica às políticas públicas voltadas a essa população:

ARTÍCULO 51. Todo mundo tem direito à educação. Este direito é garantido pelo amplo e gratuito sistema de escolas, colégios internos e bolsas de estudos, em todos os tipos e níveis de ensino, e pelo material escolar gratuito, que fornece a cada criança e jovem, qualquer que seja a situação econômica de sua família, a oportunidade de estudar de acordo com suas aptidões, as demandas sociais e as necessidades de desenvolvimento socioeconômico. (CUBA, 2003, p. 24)

Cuba deixa claro em uma de suas normas as implicações sociais decorrentes de diferenças individuais, denotando um modelo interacionista para compreender a deficiência, lá nomeada pelo termo *discapacidad* definido no Censo de Población y Viviendas (2012, p. 58) como:

**Discapacidades (padecimientos).** La Clasificación Internacional de Funcionamiento, de la Discapacidad y de la Salud (ICF), define la discapacidad como un “término que abarca impedimentos, limitaciones de actividad y restricciones de participación. Denota los aspectos negativos de la interacción entre un individuo (con una condición de salud) y los factores contextuales del individuo (factores ambientales y personales)”.

Observa-se que o termo *discapacidad* é designado como um conceito amplo, entendendo a deficiência a partir de uma matriz social, ao entendê-la como uma condição que ocorre na interação do sujeito com o contexto social. É oportuno dizer que, em Cuba, usa-se o termo deficiência (em espanhol) para todas as necessidades associadas a deficit biológicos (BORGES; OROSCO, 2013). Já o termo deficiência (como grafado no português) refere-se ao termo *discapacidad* (em espanhol), e indica “as limitações impostas pela sociedade e não uma consequência direta de seus déficits [sic], como um produto do ambiente social que não as assume” (BORGES; OROSCO, 2013, p. 18).

A terminologia conceitual base de Cuba se respalda em vários documentos internacionais: Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989), *The Standard Rulers* (OMS, 1994), Declaração de Salamanca e o Enquadramento da ação na área das necessidades educacionais especiais (UNESCO, 1994), pautada num sistema de fundamentos sociais, psicológicos, clínicos e pedagógicos. Por exemplo, o conceito de deficit, em Cuba refere-se à especificidade da estrutura orgânica e psicológica que condiciona diferentes formas de desenvolvimento e diz respeito a palavra deficiência em português. Já o conceito de *discapacidad*, em espanhol, equivale também a palavra deficiência, em português, e se refere a percepção da pessoa e a sociedade); já o conceito de *minusvalía*, em espanhol, é referente a desvantagem, e, em português, está relacionado às dificuldades funcionais.

Cuba e Brasil se aproximam enquanto conceitos ao tratarem sobre limitações da atividade (dificuldades da pessoa em determinadas atividades) e restrições na participação (problemas da pessoa se envolver nas atividades sociais), não possuindo um termo geral, embora se aproxime do conceito de “exclusão”. A partir dessas considerações, este texto assume o termo *discapacidad* como equivalente a designação dada ao termo deficiência no Brasil, uma vez

que pelo Censo cubano (2012, p.58) a *discapacidad* é um fenômeno que se dá na relação do indivíduo com o ambiente, que pode se desenvolver ou ter prejuízos a partir dessa interação:

Para determinar la situación de discapacidad usando datos censales, se define a las personas con discapacidades como personas que tienen mayor riesgo que la población general de experimentar restricciones en el desarrollo de tareas específicas o participando en actividades. Este grupo podría incluir personas que experimentan limitaciones en actividades básicas, como caminar u oír, incluso si tales limitaciones fueron mejoradas mediante el uso de dispositivos de soporte, un ambiente de apoyo o múltiples recursos.

Nesse sentido, o censo ressalta ainda que as pessoas que possuem necessidades especiais, decorrentes de suas limitações, podem não experienciar tais dificuldades desde que ocorra adaptações no meio em que vivem que favoreçam a realização de suas atividades, e estes ajustes devem ocorrer sob forma de demandas individuais do próprio sujeito, e também em relação ao meio social que promove condições inclusivas ou não. Vale a ressalva de que, embora os censos cubanos e normativas consagrem o termo *discapacidad* para se tratar sobre deficiência pela assunção ao modelo médico, a academia científica cubana prefere os termos “necessidades educativas especiais” e/ou “necessidades especiais”, quando referencia o contexto educacional ou cultural, sendo o termo “deficiência” mais frequente nos espaços sociais e na abordagem clínica.

Diferente do Brasil, em Cuba não há um estatuto geral para pessoas com deficiências. As prescrições legais se dão por meio de resoluções, leis, decretos, disposições e regulamentos que fazem parte dos órgãos legais do país, que regulam o direito de todas as pessoas e “garantem de forma sistêmica, coerente e operativo as políticas, planos e programas, com uma nova concepção política, social e cultural para pessoas com deficiência” (CUBA, 2011, p. 1) .

## CONTEXTUALIZANDO A DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Nos últimos anos ocorreram ações afirmativas por parte do governo para que pessoas com deficiência tenham seus direitos reconhecidos, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, orientando à sociedade e às instituições de ensino legitimar os preceitos dessas políticas públicas. Tal estatuto é configurado na Lei 13.146/2015, sendo oportuno informar que tal documento se soma a uma série de prescrições legais anteriores que orientavam ações dirigidas às pessoas com deficiência. Diferente do percurso realizado nas normas cubanas, a descrição sobre o Brasil será mais objetiva pois este é um único documento que trata de ações direcionadas o trabalho, educação e contexto social.

Nessa normativa, Lei 13.146/2015, ganha evidência o modelo social de conceituar a deficiência, extrapolando a dimensão biológica, uma vez que, no Art. 2 é considerado pessoa com deficiência: “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

Desta maneira, identifica-se que há uma perspectiva contextual da deficiência, não a situando apenas no indivíduo, mas apontando que a interação da pessoa com deficiência com o ambiente o colocará em situações de inclusão ou não. Ainda nessa lógica social do conceito de deficiência, o estatuto aborda sobre as variáveis sociais que interferem no acesso e desenvolvimentos das pessoas com deficiências, sendo estes:

§ 1ª A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

Desse modo infere-se que a classificação da condição de pessoa com deficiência é ampla e complexa, envolvendo a participação de profissionais distintos com avaliações específicas e complementares para avaliarem tanto as particularidades individuais (sensoriais, motoras e/ou comportamentais) como para analisarem fatores relacionados ao contexto de participação social.

Diniz (2007) menciona que a concepção que a sociedade tem sobre as pessoas com deficiência influencia as relações sociais e orienta ações planejadas e praticadas em relação a elas, e que a categorização depreciativa e a estigmatização do sujeito causam efeito negativo físico e psicológico. A importância dessa mudança conceitual no estatuto se dá principalmente por essa nova orientar ações inclusivas a partir de uma visão que não limita a deficiência a uma condição orgânica, mas que a considera como um fenômeno que determinado também pelo social.

## RETRATANDO OS CAMPOS DO ESTUDO

### *HOLGUÍN*

A província de Holguín, é a terceira economia do país (depois de Santiago de Cuba e Havana) e tem 1.036.572 habitantes (segundo Anuário Estadístico de Cuba de 2015, elaborado pela ONE – Oficina Nacional de Estadística e Información). Para se ter uma ideia, Cuba possuía, em 2012, uma população de 11.167.325 habitantes; destes, 556.317 (5,7%) possuíam alguma deficiência, no referido censo.

A província cedia diversas instituições voltadas às pessoas com deficiências - que são organizações nacionais com filiais em cada província, como: Conselho Nacional para a Atenção às Pessoas com Deficiência (CONAPED), Associação de pais e amigos do deficiente mental (APADIM), Associação cubana de limitados físicos-motores (ACLIFIM), Associação nacional de surdos de Cuba (ANSOC) e Associação nacional de cegos (ANCI).

A Universidade de Holguín, fundada em 1973, possui oito faculdades agrupadas em quatro campi: ciências técnicas, ciências sociais e humanas, ciências da educação, e ciências dos esportes; dez Centros Universitários Municipais, com 39 cursos, somando 9.950 alunos (CUBA, 2016, p.37).

Os cursos que participaram da amostra pesquisada, composta de 272 respondentes, foram dez: contabilidade e finanças; direito; educação especial; educação pré-escolar; engenharia mecânica; estudos socioculturais; história; engenharia industrial; logopedia (equivalente a fonoaudiologia) e psicologia. O desenho do currículo parte do conceito de formação abrangente de um profissional com um perfil amplo, sendo a Comissão Nacional de Carreira responsável por elaborar o currículo base de cada curso, e cada universidade é responsável pelos compo-

nentes curriculares específicos. É oportuno mencionar que todos os programas contêm uma disciplina de Pedagogia, que inclui conteúdos de psicologia e sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais, indicando uma preocupação com o tema nas diversas áreas de formação.

## SÃO CARLOS

A cidade de São Carlos apresentava 243.765 habitantes em 2016. O município cedia diversas instituições voltadas às pessoas com deficiências, como: Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; o Conselho municipal da pessoa com deficiência – CONDEF; Associação dos Deficientes de São Carlos (ADESC); Associação Mulher UNIMED (AMU); Associação de Pais e Amigos Excepcionais de São Carlos (APAE); Centro de Especialidades Médicas (CEME); e União dos Paratletas de São Carlos (UPASC); e Unidade Saúde Escola (USE) da Universidade Federal de São Carlos.

Os dados foram coletados na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que é composta por oito centros acadêmicos, localizados em quatro campi. Porém, a unidade universitária que participou do presente trabalho foi a do campus de São Carlos. A amostra dos participantes foi de oito cursos de graduação, sendo estes: ciências sociais; educação especial; engenharia de materiais; física; gerontologia; medicina; pedagogia; e química.

## RESULTADOS

Em ambos locais foi aplicada de maneira presencial, com auxílio de professores das universidades, a Escala de Concepções de Deficiência – ECD – (LEITE e LACERDA, 2014). A Escala passou por um processo de adequação semântica e tradução anteriormente a ser aplicada em Cuba, posto que sua escrita era em Português-Brasil. Os dados foram computados e transformados em base, sendo que esta última foi necessária para a realização de análises através do pacote estatístico IBM SPSS Statistics Base. Foram realizadas análises estatísticas inferenciais e descritivas, para ambas as amostras (Holguín e São Carlos), com o intuito de comparar os achados, que serão discutidas posteriormente nos resultados.

## ANÁLISES DESCRITIVAS – HOLGUÍN

A amostra cubana corresponde a 272 participantes que responderam pelo menos 80% da escala, dentre esse número a maior parcela de respondente foram mulheres, como pode ser observado na tabela 1:

**Tabela 1** -Frequência e distribuição da amostra por gênero

Gênero	Frequência	Porcentagem
Feminino	184	67,6
Masculino	88	32,4
Total	272	100,0

Fonte: autoras.

A idade da amostra variou entre 18 e 38 anos, sendo mais ocorrente dos 18 a 21 anos completos, o que correspondeu a 81,2% dos respondentes.

A Tabela 2 mostra os principais dados descritivos obtidos na análise, considerando a amostra em sua quantidade geral.

**Tabela 2** - Média, mediana, desvio padrão e moda da amostra por concepções

	SOCIAL	BIOLÓGICO	METAFISICA	HISTÓRICO CULTURAL
N	272	272	272	272
Média	11,17	9,92	6,40	10,54
Mediana	<b>11,00</b>	<b>10,00</b>	<b>6,00</b>	<b>10,00</b>
Moda	11	11	5	8
Desvio Padrão	3,924	3,680	2,786	4,270

Fonte: autoras.

### ANÁLISES DESCRITIVAS – UFSCAR/SÃO CARLOS

A amostra da UFSCar contou com 344 estudantes. A distribuição por gênero foi bastante próxima a da Universidade de Holguín, sendo dois terços da amostra do sexo feminino, e um terço do sexo masculino. É oportuno informar que não foi um dos objetivos da pesquisa controlar esta variável. A tabela 3 retrata tais dados.

**Tabela 3** - Frequência e distribuição da amostra por gênero

Gênero	Frequência	Porcentagem
Feminino	217	63,1
Masculino	127	36,9
Total	344	100,0

Fonte: autoras.

A idade da amostra variou entre 17 e 50 anos, e a maioria (74,1%) dos respondentes estava no intervalo de 18 a 23 anos completos.

A seguir, a Tabela 3 mostra os principais dados descritivos obtidos na análise da amostra de São Carlos, considerando a amostra em sua quantidade geral. As medianas nas concepções social, histórico-cultural e metafísica foram as mais próximas da outra amostra, tendo diferença apenas na concepção biológica, em que na amostra anterior obteve uma mediana maior do que a presente.

**Tabela 4** - Média, mediana, desvio padrão e moda da amostra por concepções

	SOCIAL	BIOLÓGICO	METAFISICA	HISTÓRICO CULTURAL
N	344	344	344	344
Média	10,50	6,99	5,04	11,26
Mediana	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>11</b>
Moda	9	7	5	11
Desvio Padrão	3,4	2,4	1,7	4

Fonte: autoras.

## ANÁLISES INFERENCIAIS – HOLGUÍN

Em relação a uma possível correlação de concepções conforme a idade, os dados do teste de *Spearman* demonstram que há significância ( $p \leq 0,05$ ) com a concepção biológica. O valor negativo de  $r$  nesta concepção indica correlação inversamente proporcional a idade, ou seja, quanto maior a idade, menor a concordância com esta concepção, conforme a Tabela 4.

**Tabela 5** - Correlação entre as variáveis dimensões e idade nos discentes

Dimensões		Social	Biológica	Metafísica	Histórico-cultural
Idade	$r$	-0,062	<b>-0,124</b>	-0,053	0,098
	$p$	0,311	<b>0,041</b>	0,385	0,106

Fonte: autoras.

O uso das variáveis “dimensões” e “gêneros” buscou avaliar se existe uma diferença estatística significativa entre as médias dos postos das duas condições de gêneros. Como se pode identificar na Tabela 5, o  $p$  só se caracteriza como significativo ( $p \leq 0,05$ ) na dimensão biológica. E na categoria biológica podemos observar que os homens tenderam a concordar mais com essa dimensão do que as mulheres. O valor negativo de  $Z$  indica que o desvio padrão está abaixo da média, indicando que a amostra é bastante homogênea.

**Tabela 6** - Comparação das variáveis dimensões e gênero nos discentes

Dimensões	Gênero	Média	Z	$p$
Social	Masculino	141,56	-0,735	0,462
	Feminino	134,08		
Biológica	<b>Masculino</b>	<b>154,45</b>	<b>-2,612</b>	<b>0,009</b>
	Feminino	127,91		
Metafísica	Masculino	136,01	-0,072	0,943
	Feminino	136,73		
Histórico-cultural	Masculino	148,09	-1,684	0,092
	Feminino	130,96		

Fonte: autoras.

Quanto à análise de variância de um fator para grupos independentes utilizou-se do teste não paramétrico Kruskal-Wallis. O teste foi utilizado para responder sobre possíveis relações na amostra a respeito da dimensão e o ano de ingresso ao curso, ou seja, para averiguar se existe alguma relação entre o tempo de curso com a concordância/discordância com enunciados de uma determinada concepção, podendo relacionar a escolha em função do ano frequentando. Como pode ser notado na Tabela 6, houve relações significativas ( $p \leq 0,05$ ), concluindo que há diferenças significativas entre a escolha nas concepções de deficiência conforme o ano de ingresso do respondente.



**Tabela 7** - Relação entre concepções e ano de ingresso

	Social	Biológica	Metafísica	Histórico-Cultural
Qui-quadrado	6,103	14,094	6,622	16,004
df	4	4	4	4
Significância Sig.	0,192	<b>0,007</b>	0,157	<b>0,003</b>

Fonte: autoras..

Em função de relações significativas da variável ano de ingresso com apenas duas das concepções investigadas, sendo estas as concepções biológica e histórico cultural, tem-se a tabela 7 para apresentar a distribuição da amostra por concepções e seus postos de média. No cotejo de seus dados é possível dizer que estudantes que estão mais tempo no curso de graduação, com ingresso em 2012, apresentaram uma tendência maior de concordância com enunciados da concepção histórico-cultural. Na mesma medida é possível mencionar que estudantes das séries iniciais, ingressantes, revelaram tender com enunciados da concepção biológica.

**Tabela 8** - Posto de médias por ano de ingresso nas concepções biológica e histórico-cultural

	Ano de Ingresso	N	Postos de média
HISTÓRICO CULTURAL	<b>2012</b>	<b>27</b>	<b>181,74</b>
	2013	33	147,70
	2014	71	114,27
	2015	35	127,10
	2016	106	139,48
	Total	272	
BIOLÓGICA	2012	27	108,83
	2013	33	129,71
	2014	71	124,70
	2015	35	123,37
	<b>2016</b>	<b>106</b>	<b>157,90</b>
	Total	272	

Fonte: autoras.

## ANÁLISES INFERENCIAIS – SÃO CARLOS

No tratamento dos estudantes da UFSCar, e uma possível correlação de concepções conforme a idade, os dados do teste de Spearman demonstram que há significância ( $p \leq 0,05$ ) com a concepção social. O valor positivo de  $r$  nesta concepção indica correlação proporcional a idade, ou seja, quanto maior a idade, maior a concordância com esta concepção, conforme observado tabela 8:

**Tabela 9** - Correlação entre as variáveis dimensões e idade nos discentes.

Dimensões		Social	Biológica	Metafísica	Histórico-cultural
Idade	R	<b>0,135</b>	0,092	0,044	0,036
	P	<b>0,012</b>	0,090	0,416	0,502

Fonte: autoras.

Buscando avaliar se existe uma diferença estatística significativa entre as médias dos postos das duas condições de gêneros, utilizou-se o teste Mann Whitney. Como podemos identificar na tabela 9, não houve significância, indicando semelhança na forma de responder entre ambos os gêneros.

**Tabela 10** - Comparação das variáveis dimensões e gênero nos discentes

Dimensões	Gênero	Média	Z	p
Social	Masculino	169,76	-0,393	0,694
	Feminino	174,11		
Biológica	Masculino	182,24	-1,400	0,162
	Feminino	166,80		
Metafísica	Masculino	174,10	-0,249	0,803
	Feminino	171,56		
Histórico-cultural	Masculino	171,13	-0,196	0,845
	Feminino	173,30		

Fonte: autoras.

O teste Kruskal-Wallis foi utilizado para responder sobre possíveis relações entre a dimensão e o ano de ingresso ao curso, quanto este último contribui para as diferentes concepções, o que pode se relacionar com o tempo acadêmico e aceitação de concepções. Como pode ser notado na tabela 10, não houve relações significativas ( $p \leq 0,05$ ). Isso significa que o tempo de permanência na universidade não influenciou na concordância/discordância em enunciados de determinada concepção.

**Tabela 11** - Relação entre concepções e ano de ingresso.

	Social	Biológica	Metafísica	Histórico-Cultural
Qui-quadrado	9,125	8,024	3,505	9,655
Df	5	5	5	5
Significância Sig.	0,104	0,155	0,623	0,086

Fonte: autoras.

## DISCUSSÃO

A leitura de estudos e normativas que retratam a deficiência nas duas realidades orientam as considerações traçadas. Em Cuba, a conceituação de deficiência atende os dispositivos dados pela OMS, englobando em sua definição aspectos biológicos e sociais. No Brasil, a legislação mais recente considera tanto o viés biológico como as variáveis sociais que influenciam na condição de deficiência.

A análise estatística mostra que estudantes de Cuba possuem maior concordância com enunciados das concepções biológica, social e histórico-cultural. Já os dados do Brasil indicam maior concordância com as concepções social e histórico-cultural. Uma hipótese a ser considerada é que no Brasil é ocorrente a ideia de que compactuar com a concepção biológica no entendimento da deficiência pode denotar focá-la a partir de um modelo médico, que situa

a deficiência no indivíduo, desconsiderando as condições e variáveis sociais, por exemplo, para interpretá-la. Já a concepção biológica em Cuba não é anulada, pois ela se mostra fundamental na perspectiva histórico-cultural, em que as variáveis sociais são determinantes das condições de deficiência assim como para os outros aspectos relacionados ao desenvolvimento humano, em tais condições devem ser avaliadas a partir de uma desorganização do aparato biológico.

Com a desintegração da União Soviética, do campo socialista e, por conseguinte, do Conselho de Assistência Econômica Mútua (CAME), assim como o aumento do bloqueio dos Estados Unidos, Cuba teve uma queda abrupta do PIB que gerou uma grave crise econômica - chamado Período Especial - que consequentemente acarretou em carências nutricionais e afetou os indicadores de saúde alcançados, como por exemplo o aparecimento de crianças com baixo peso e estatura, de epidemias de neuropatia óptica e polineuropatia periférica.

Isso faz com que o governo, em função do modelo de atenção primária à saúde adotado, que por sua vez privilegia a prevenção e o incentivo à solidariedade social, criasse diversos programas para conhecer o estado real das pessoas e tomar as medidas adequadas. Dessas ações decorrem o Estudo Psicossocial e Clínico Genético de Pessoas com Deficiência (2001-2003) (COBAS et al., 2010) e o Estudo de Crescimento e Desenvolvimento (2000-2005) (ESQUIVEL; GUTIÉRREZ; GONZÁLEZ, 2009). As considerações traçadas nesses textos valorizam o estudo dos fatores biológicos quando se pensa no desenvolvimento humano, incluindo o fenômeno da deficiência. Acredita-se que a concordância com enunciados da concepção biológica possa estar relacionada a valorização dessa perspectiva nesse contexto.

Na continuidade, tem-se a concepção metafísica, que mostrou semelhanças de pontuação nas duas amostras investigadas, indicando discordância com posicionamentos relacionados a causais sobrenaturais. É digno de nota dizer que se esperava que a pontuação nessa concepção fosse menor em Cuba, posto que o país após a revolução de 1959 tenha se tornado oficialmente um Estado ateu. No entanto, a crise socioeconômica dos anos de 1990 impactou todas as esferas da realidade social, atrelada a uma posição mais conciliatória do Estado, nos últimos anos em relação à religião diminuiu a promoção do ateísmo a, uma vez que as “insatisfações, desorientações, sentimentos de falta de proteção, que caracterizam as crises sociais, reforçam o recurso religioso como uma explicação, apoio, esperança e a busca de proteção no sobrenatural”. (RAMÍREZ, 1997, p. 151). A discordância nos enunciados dessa concepção, nos dois países, pode ser justificada no contexto em que se deu a pesquisa, o ambiente universitário, que procura adotar o rigor científico na produção científica, se afastando de explicações ou interpretações que não se fundamentem nos princípios da ciência moderna.

Quanto às correlações entre a escolha de concepções com a idade dos participantes, foi possível notar diferenças entre as duas amostras dos dois países. Embora ambas indiquem uma correlação positiva, em Holguín destaca-se que quanto maior a idade dos respondentes mais tende a concordar com a concepção biológica. Já nos universitários de São Carlos a correlação ocorreu com a concepção social, mostrando que a concordância com enunciados dessa concepção tende a aumentar conforme a idade. Em acréscimo, o tempo de permanência no curso em Holguín, também mostrou dados interessantes, uma vez que os ingressantes tenderam mais a concordar com a concepção biológica diferentemente daqueles que apresentavam maior tempo de permanência na universidade, que tenderam a concordar mais com enunciados da concepção histórico-cultural - fato não observado com significância estatística nos estudantes da UFSCar. Esse dado possibilita discutir sobre o papel da universidade na formação de conceitos. Embora faltem dados sobre os espaços de discussões sobre o fenômeno da deficiência

no contexto universitário, pode-se inferir que este atua numa formação de compreensão mais ampla e crítica sobre o fenômeno.

A formação superior em Cuba tem um de seus núcleos conceituais a formação de valores que permitam atuar com responsabilidade social, pautado num “modelo universitário moderno, humanístico, universalizado, científico, tecnológico, inovador, integrado e profundamente comprometida com a construção de um socialismo próspero e sustentável”. (CUBA, 2016, p. 3) Tais preceitos fomentam na universidade espaços de discussão sobre a deficiência que articula três eixos essenciais, os estudantes, os professores e os trabalhadores não docentes (SERRANO, 2017), e a execução de ações de enfoque educativo, axiológico e cultural que envolvem a comunidade universitária e o contexto social. (SERRANO, 2015). Há então, o investimento em uma formação preocupada com a responsabilidade ética, social e ambiental no desenvolvimento profissional, ou seja, o graduado, além da qualificação profissional, recebeu formação acadêmica que o ajuda a combinar seus interesses pessoais com os da sociedade, com o compromisso de participar ativamente no contexto em prol de todos.

No que se refere ao quesito gênero, somente em Holguín foi observado estatisticamente que os homens apresentaram postos de média maiores na concepção biológica.

Ainda em relação ao gênero é oportuno mencionar a presença expressiva do público feminino nos cursos de educação especial, fonoaudiologia e psicologia, correspondendo a 82% do total, coadunando com os achados de Arias (2013). Esse dado pode ser considerado como reflexo das mudanças decorrentes da Revolução Cubana, que promoveu ações de equidade social no ensino superior. Desde 1982 as mulheres ultrapassaram 50% dos alunos nas universidades (DOMINGUEZ, 2016a) e “no curso de 1999-2000, as mulheres representam 61% das matrículas e 66% dos diplomados.” (DOMINGUEZ, 2016b, p. 22). Na atualidade os altos níveis educacionais adquiridos pela mulher, indicam que na “faixa etária entre 20 e 54 anos, a força qualificada feminina supera a média nacional.” (CUBA, 2014, p.38) No entanto, a abordagem tradicional do papel das mulheres nos programas é evidente, com a sua “consolidação dentro de ramos da ciência como: econômico, social e humanista, educativa e saúde, na ordem citada. Por sua vez, o domínio masculino ainda é mantido nas chamadas “ciências exatas”, especialmente em carreiras técnicas.” (ROSALES; ESQUENAZI; GALEANO, 2017, p. 147).

No Brasil os dados não são divergentes, há um crescimento da presença da mulher no espaço acadêmico geral, em especial no ensino superior. Em 2016, o censo da educação superior, levantado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revelaram que 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação eram mulheres. O censo não apresenta a porcentagem desse público em áreas específicas, mas indica que 71,7% das matrículas em cursos de licenciatura são do sexo feminino, enquanto 28,9% são do sexo masculino. Em contrapartida, embora o sexo feminino seja predominante na licenciatura, quem atuará diretamente com a docência, o mesmo censo indica que os homens ainda predominam como docentes das universidades públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cuba e Brasil são cenários políticos diferentes, com normas e leis que divergem em alguns aspectos. No Brasil, consolidar um projeto de lei específico (no caso, a Lei Brasileira de Inclusão, ou Lei 13.146/15) para as pessoas com deficiência foi uma importante conquista

em termos normativos para a garantia de direitos e medidas protetivas que incidem sobre esse grupo, além de reiterar um posicionamento mais amplo para a compreensão da deficiência deixando de localizá-la exclusivamente no indivíduo passando a considerar o contexto social para a sua interpretação. Já para Cuba, apesar de não ter sido encontrada nenhuma legislação específica, vários documentos governamentais partem de uma matriz social e veiculam o termo *discapacidad* para compreender a necessidade de compreender os prejuízos funcionais decorrentes de alterações orgânicas na tentativa de compensá-las socialmente. Com isso, orientam a necessidade da garantia educacional para as pessoas com deficiência, com um viés bastante expressivo na relevância social do trabalho e da educação para incluir essa população. Nas palavras de Garrido (2013, p. 242), o objetivo do sistema educacional é a “preparação e inserção socio-trabalhista e a preparação para a vida de crianças, adolescentes e jovens com deficiência”. Entende-se na leitura dos documentos que a realidade cubana considera que as leis gerais são suficientes para que estas pessoas estejam participando de espaços sociais importantes e, conseqüentemente, se desenvolvendo, mas é visível que várias visões coexistem.

A ideia de se fazer um estudo comparativo foi importante por investigar um fenômeno mundial, o da deficiência, em particular como ele é concebido legalmente em realidade socioculturais e econômicas bastante distintas e como estudantes de universidade públicas se posicionam diante de enunciados que focam o fenômeno a partir de referenciais diferentes. Recorda-se a importância dos conhecimentos universitários na formação para uma atuação profissional, porém concatenada com a importância de promover o papel social dos sujeitos que por ela passam.

Acredita-se que futuros estudos possam partir dos achados desta pesquisa e ampliar seu foco de análise para investigar as condições acadêmicas ofertadas nessas duas realidades que possibilitem a participação de pessoas com deficiência no contexto universitário. Ainda, estudos complementares poderiam investigar como os graduandos percebem que os conhecimentos veiculados nos diferentes cursos de graduação auxiliam a atuarem profissional com esse segmento populacional.

## REFERÊNCIAS

- ARIAS, G. M.A. Lo vivido y lo recordado, memorias de hombres y mujeres en dos tiempos. In: ARIAS, G. M. A.; TORRALBAS, F. A.; PUPO, V. A. P. (Comp.). *Rompiendo silencios: lecturas sobre mujeres, géneros y desarrollo humano*. Habana: De la Mujer, 2013. p. 47-57.
- BALEOTTI, L. R.; OMOTE, S. A concepção de deficiência em discussão: ponto de vista de docentes de Terapia Ocupacional. *Cadernos de Terapia Ocupacional*, v. 22, n. 1, p. 71-78, 2014.
- BORGES, S. A. R.; OROSCO, M. M. La atención educativa a los niños, adolescentes y jóvenes con necesidades educativas especiales, desde nuevos conceptos, contextos y prácticas enriquecedoras. In: CHKOUT, T. *Sobre el perfeccionamiento de la educación especial*. La Habana: Pueblo y Educación, 2013. p. 1- 38.
- SIL. *Censo da Educação Superior 2016: Notas Estatísticas*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 02. mar.2017

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354890&search=sao-paulo|sao-carlos|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 04 fev. 2017.

COBAS, M. R. et al. Caracterización epidemiológica de las personas con discapacidad en Cuba. *Rev Cubana Salud Pública*, Ciudad de La Habana, v. 36, n. 4, p. 306-310, 2010. Disponível em: <[http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0864-34662010000400004&lng=es&nrm=iso](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-34662010000400004&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 12. jun. 2018.

CUBA. *Constitución de la república de Cuba*. El texto de la Constitución de la República de Cuba fue publicado en la Gaceta Oficial de la República de Cuba, edición Extraordinaria número 3 de 31 de enero de 2003. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/cuba/constitucion-republica-cuba/#c6>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CUBA. Ministerio de Educación Superior (MES). *Documento base para el diseño de los planes de estudio "E"*. 2016. Disponível em: <<https://www.uo.edu.cu/fiqa/sites/fc.uo.edu.cu/fiqa/files/Documentos/Documento%20Base%20Plan%20E.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

CUBA. Oficina Nacional de estadísticas e Información (ONEI). Educación: Resumen del curso escolar 1 2015/2016 e início del curso escolar 2016/2017. 2016. Disponível em: <<http://www.onei.cu/publicaciones/03estadisticassociales/resumencursoesc/anual/6-Matricula%20inicial.%20Educacion%20Superior.pdf>>. Acesso em: 13 mai.2018.

CUBA. *Anuario Estadístico de Cuba de 2015: Población*. Edición 2016. Disponível em: <<http://www.one.cu/aec2015/03%20Poblacion.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CUBA. Educación para todos. Reporte de la Revisión Nacional de Educación Para Todos al 2015 de la República de Cuba. 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002300/230030S.pdf>>. Acesso em: 14. mai. 2018.

CUBA. Oficina Nacional de estadísticas e Información (ONEI). Informe Nacional del Censo de población y vivienda de Cuba (2012). 2014, p. 58. Disponível em: <<http://www.one.cu/PublicacionesDigitales/FichaPublicacion.asp?CodPublicacion=33&CodDireccion=2>>. Acesso em: 24 jan.2017.

CUBA. *Nota No. 345/2011*, Misión Permanente de la República de Cuba a Oficina da ONU, Suiza (18-11-2011), 2011. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Women/WRGS/GirlsAndDisability/Governments/Cuba.pdf>>. Acessado em 30 nov.2016.

CUBA. *Constitución de la República de Cuba*. Habana: Pueblo y Educación, 2009.

CUBA. Ley No. 16 Código de la niñez y la juventud (1978). Disponível em: <<http://juriscuba.com/wp-content/uploads/2016/07/Ley-No.-016-C%C3%B3digo-de-la-Ni%C3%B1ez-y-la-Juventud.pdf>>. Acesso em: 30. nov. 2016.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

DOMÍNGUEZ, M. I. Educación Superior en Cuba e inclusión social de las juventudes. *Nómadas* (Col), n. 44, p. 83-103, 2016a. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1051/105146818006.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

DOMÍNGUEZ, M. I. Educación Superior: ¿inclusión social o reproducción de desigualdades? *Temas*, n. 87-88, p. 20-27, 2016b. Disponível em: [http://www.temas.cult.cu/sites/default/files/articulos\\_academicos\\_en\\_pdf/03%20Dominguez.pdf](http://www.temas.cult.cu/sites/default/files/articulos_academicos_en_pdf/03%20Dominguez.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2018.

ESQUIVEL, M. L.; GUTIÉRREZ, J. A. M.; GONZÁLEZ, C. F. Los estudios de crecimiento y desarrollo en Cuba. *Rev cubana Pediatr.*, v. 81, Sup. 1, p. 74-84, 2009. Disponível em: <[http://bvs.sld.cu/revistas/ped/vol81\\_05\\_09/ped14509.pdf](http://bvs.sld.cu/revistas/ped/vol81_05_09/ped14509.pdf)>. Acesso em: 12 mai.2018.

GARRIDO, O. V. La educación Laboral, una necesidad en la preparación para la vida de los niños, adolescentes y jóvenes con discapacidad. In: CHKOUT, T. *Sobre el perfeccionamiento de la educación especial*. La Habana: Pueblo y Educación, p. 242- 276, 2013.

GESSER, M; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012.

LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência: procedimentos metodológicos na área da educação (submetido à *Revista Educação & Sociedade*, Unicamp, em 2014).

LÓPEZ, R. M, La formación de maestros para la educación especial. In: CHKOUT, T. *Sobre el perfeccionamiento de la educación especial*. La Habana: Pueblo y Educación, p. 63-70, 2013.

MORAIS, J. R. M.; SANTOS, M. L. W. D. Brasil e Cuba: Sistemas de Saúde sob a análise comparada. *Economia e Políticas Públicas*, v. 3, n. 1, p. 31-52, 2015.

PADILLA, L. M. Paradigmas contemporâneos de aprendizaje de L.S. Vigotski y Piaget al procesamiento de la información. 01, 2013. *clubensayos.com*. Acessado em 20.01.2017. Disponível em: <https://www.clubensayos.com/filosofia/paradigmas-contemporaneos-de-aprendizaje-de-ls-vigotski/508306.html>

RAMÍREZ, J. C. Religión, cultura y sociedad en Cuba. *Papers*, n. 52; p. 139-153, 1997. Disponível em: <<https://www.raco.cat/index.php/papers/article/viewFile/25469/25302>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

ROSALES, S. V.; ESQUENAZI, A. B.; GALEANO, L. Z., La brecha de educación en Cuba con un enfoque de género. *Economía y Desarrollo*, v. 158, n. 1, p. 140-151, 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/4255/425553381011/>>. Acessado em 15 mai.2018.

SERRANO, E. A. P. La inclusión como un proceso por el sistema educativo: experiencias de inclusión en la Universidad de Holguín, Cuba. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 81-98, jan. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302017000100081&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100081&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 15 mai. 2018.

SERRANO, E. A. P. La educación inclusiva en la Educación Superior: relato del contexto universitario cubano. *Revista Ibero-americana de Estudios en Educación. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v.10, n. esp., p. 583-597, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/7913/5421>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

VASCONCELOS, L. L. Um repasse sobre as Relações Brasil-Cuba. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2; p. 187-203, 1991.

Agradecimentos ao CNPq, pela Bolsa PQ 308420/2014-4 e que auxílio de bolsa PIBIC - proc. 41757, durante o desenvolvimento da pesquisa retratada.

---

Recebido em: 02 de janeiro 2018

Modificado em: 29 de março de 2018

Aceito em: 30 de junho de 2018

